

## **A EDUCAÇÃO FÍSICA NA PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS: TENSÕES E REFLEXÕES**

João Augusto Galvão Rosa Costa<sup>1</sup>  
galvao.uff@hotmail.com  
Dinah Vasconcellos Terra<sup>2</sup>  
dv.terra@terra.com.br

268

### **RESUMO**

O estudo em questão é parte do Projeto de Mestrado do Programa de Pós - Graduação em Educação de uma Universidade pública. O objetivo do texto é apresentar uma análise dos conteúdos da Educação Física na Proposta Pedagógica Curricular da Rede Municipal de Duque de Caxias no que se refere a seleção e organização. É uma pesquisa qualitativa, sustentada por uma análise documental a partir dos pressupostos teóricos - metodológicos de André Cellard. Compreendemos que as dimensões analíticas utilizadas favoreceram o exame do documento a partir de um movimento contextual, crítico e reflexivo. Constatamos os conteúdos Jogo, Esporte e Ginástica como balizadores do ensino da Educação Física, naquele momento histórico em que proposta foi construída, visto que acompanhou a dimensão social e cultural da educação no município. Entretanto, percebemos lacunas na sistematização, organização desses conteúdos no que tange divisão e o direcionamento dos conteúdos para cada modalidade de ensino. Passados 15 anos da sua estruturação sugere-se que seja revisitado e dialogado com outros documentos, propostas e bases teóricas atuais na perspectiva de conflitar para renegociar os sentidos e significados da disciplina escolar Educação Física, pois a Rede vive atualmente uma Reestruturação Curricular.

**Palavras-chave:** Educação Física; Currículo; Conteúdos.

### **1 INTRODUÇÃO**

Na década de 90 eclode um intenso movimento de reformulações educacionais no Brasil e no mundo. Em âmbito federal, documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96) reorienta a educação brasileira e na sequência os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1997 na perspectiva de organização/estruturação curricular. A implementação desses documentos ocorreram com críticas de vários setores da sociedade civil, acadêmica e científica.

Para Goodson (2003, p. 21) o currículo é um “[...] testemunho público e visível das racionalidades escolhidas e da retórica legitimadora das práticas escolares”. Nestes documentos, estão vinculados intenções que mobilizaram Estados e Municípios a pensarem na construção de suas Propostas Pedagógicas Curriculares (PPC). Tal movimento, mostra que

<sup>1</sup>Mestrando em Educação pela Universidade Federal Fluminense (FEUFF/RJ). Membro do Grupo de Pesquisa Currículo, Docência e Cultura (CDC) - PPGEd/UFF. É professor de Educação Física da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, lecionando na Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental.

<sup>2</sup>Doutorado em Ciências da Educação - Universidade de Barcelona- Espanha. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Currículo, Docência e Cultura (CDC) - PPGEd/UFF. Atualmente é coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (FEUFF/RJ).

nesse processo existe uma história de produção, representações, sujeitos envolvidos, agências educacionais, parcerias, princípios teórico – filosóficos, objetivos, formas de avaliar, métodos de ensino e conteúdos selecionados e organizados.

O debate está envolvido também por um jogo de interesses e por discursos no sistema educativo, causando influências na construção, implementação e atuação dos documentos curriculares, sejam nacionais ou locais. Ao falarmos em documentos curriculares não podemos nos distanciar do contexto das políticas curriculares. Ball; Maguire; Braun (2016) mostram como tais textos produzidos em parcerias ou por diferentes iniciativas não podem ser interpretados como se já tivessem fechados penetrados de sentidos fixos e enrijecidos.

Nesse processo histórico e contemporâneo, a discussão sobre o processo de implementação do texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é destacado e analisado por diversos autores como: Macedo (2015), Lopes (2018), Munhoz e Olegário (2019). Esses exemplos fortalecem a defesa de que as políticas e os documentos curriculares oficiais podem ser analisados sob a ótica de diferentes enfoques. Sobretudo, o que se percebe como fio condutor destes trabalhos é a constatação de um processo aligeirado com três versões pouco negociadas e renegociadas desde sua produção em 2015, visto que foi apresentado na perspectiva de garantir a qualidade da educação com um fundo “participativo”.

Pensar no processo de construção dos documentos curriculares oficiais requer compreender que a forma de se fazer política perpassa por uma lógica de compreensão dos formuladores de política que legitimam um modelo de escola como a melhor possível que “só existem na imaginação febril de políticos, funcionários públicos e conselheiros”. (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p.14)

Nossa análise situa-se na Rede Municipal Duque de Caxias, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro com foco nos documentos curriculares produzidos pela educação municipal para os componentes curriculares. Nesse estudo, analisamos especificamente a disciplina Educação Física (EF) e seu currículo. A curiosidade nessa busca inicial justifica-se a partir do lugar de fala de um professor de EF e sua experiência nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Além disso, sua vinculação ao Programa de Pós-graduação em Educação numa Universidade Pública na linha e grupo de pesquisa em currículo com interesse nas discussões sobre o Processo de Reestruturação Curricular na Rede Municipal de Duque de Caxias Sentidos, Discursos e Disputas em torno do currículo da EF.

Nos fundamentamos em Sá-Silva *et. al* (2009) que aborda a pesquisa documental, suas pistas teóricas e metodológicas que nos orientaram a fugir de algumas das armadilhas no processo de análise, colaborando na maior compreensão desde uma perspectiva crítica,

reflexiva e analítica dos documentos curriculares, até o seu processo de construção, princípios e diálogos específicos com a EF.

Identificamos pelos textos de Cellard (2008) dimensões analíticas que pretendemos perseguir neste trabalho a fim de ampliarmos as contribuições para o campo científico no que se refere a pesquisa educacional, resgatando os sentidos e significados do processo de construção do currículo dentro de uma Rede Municipal de ensino.

Dessa forma, no desenvolvimento deste trabalho pretendemos refletir sobre as seguintes questões: Como a EF está organizada na PPC do Município de Duque de Caxias?, Quais são os conteúdos, relevância e adequação para cada nível de ensino?. Como objetivo do estudo estabelecemos: Analisar os critérios e princípios da Proposta Pedagógica Curricular de EF da Rede Municipal de Duque de Caxias no que tange a organização e seleção dos seus conteúdos.

## **2 OS DOCUMENTOS CURRICULARES PARA A EF ESCOLAR: UM BREVE HISTÓRICO**

Recorremos inicialmente à etimologia da palavra currículo que para Varela (2013) vem do latim *curriculum* e significa “percurso”, “onde se corre”, derivada do verbo *currere*. Ou seja, pode-se associar tal palavra à perspectiva de ser um curso a ser seguido ou um conjunto de conteúdos a ser seguido. Em relação ao termo, podemos identificar que é caracterizado como polissêmico por possuir vários sentidos, seja vinculado a perspectiva de um artefato social e cultural, ou como apenas um programa escolar e ainda como um projeto dotado de intenções.

De acordo com Goodson (2003) “*curriculum*” pode ser compreendido como uma palavra - chave com expressivo potencial de exumação, exame e análise por parte sujeitos que o estudam. Compreende-se que ao longo da História da educação e do currículo surgiram várias concepções e bases teóricas com foco nessa discussão. Para Sacristán (2000, p. 15-16), o currículo se materializa em:

Uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tão pouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, expressão, da função socializadora e cultural. [...] O currículo é uma prática na qual se estabelece diálogo, por assim dizer, entre agentes sociais, elementos técnicos, alunos que reagem frente a ele e professores que o modelam.

Pensar e construir o currículo é estar em contato com a cultura, o cidadão, a política e a sociedade. Esse contato não é algo dado, neutro ou naturalizado, visto que existem disputas, contradições, dissensos e consensos no campo educacional e curricular. Instaura-se ainda na

discussão de currículo o tipo de sujeitos que queremos formar e sua fundamentação teórica que Silva (2011) nos apresenta no sentido de uma teoria curricular. É por meio do currículo, concebido como elemento da política educacional, que diferentes abordagens expressam perspectivas de classes sociais, visão de mundo e projeto social.

Para Apple (2006) muitas vezes o currículo é pensado por aqueles que não vivem o currículo na prática. Nos estudos de Lopes (2006) a autora opera sua análise a partir da existência de comunidades epistêmicas que nos permitem compreender as relações entre saber-poder nas políticas de currículo no mundo globalizado.

Essas relações são permeadas de discursos promovidos por grupos de especialistas que ditam a forma de construir e legitimar o currículo nas instituições educativas. O que diferencia essas comunidades de outros grupos e redes de formuladores de políticas curriculares é justamente o domínio do assunto e sua capacidade de convencimento a respeito da proposta discutida. Nesse sentido, materializa-se a seguinte questão: Por que esse conteúdo e não outro?. Isso implica em outro sentido, visto que:

O currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo. As teorias do currículo, tendo decidido quais conhecimentos devem ser selecionados, buscam justificar por que esses conhecimentos e não “aqueles” devem ser selecionados. (SILVA, 2011, p.15).

A noção de teoria mencionada nas produções do autor está situada pela ideia de representação, ou seja, “é sempre representacional, especular, mimética: a teoria representa, reflete, espelha a realidade” (SILVA, 2011, p.11). Essa perspectiva coloca em cena a discussão sobre a seleção de conteúdos. Na definição de Libâneo (1994, p. 128) “conteúdos são um conjunto de conhecimentos, habilidades, hábitos, modos valorativos e atitudinais de atuação social, organizados pedagogicamente e didaticamente”. O processo de sistematização e organização não devem ser encarados como neutros, pois os mesmos exigem aos envolvidos atenção a realidade escolar, os dispositivos de ensino, suas dimensões e instrumentos de análise.

Essa perspectiva nem sempre é considerada, principalmente no contexto das políticas curriculares no cenário neoliberal e de Direita que contraditoriamente defendem e colocam o Estado como agente regulador, mas que em suas ações é tido como mínimo e descentralizador. Diante de todas essas tensões e reflexões elencadas pela discussão do que pode ser considerado currículo, entendemos que é necessário articulá-los com o campo da EF demarcando o seu território histórico, social e cultural como componente curricular.

Para Darido e Rangel (2017, p. 25) “a EF pode ser entendida de três formas: como um

componente do currículo das escolas, profissão caracterizada por uma prática pedagógica na escola ou não e área em que são realizados estudos científicos”. Tal definição aponta para as arenas e fronteiras em disputa que identificam conflitos de sentido e significado que fornecem diferentes interpretações para o que seria a disciplina EF.

Aqui pretende-se comentar a primeira definição proposta pelas autores anteriores, pois estamos tratando a EF aqui como componente curricular da Educação Básica. Na LDBEN 9.394/96, a EF passou a vigorar legalmente, ou seja, como uma disciplina de características e fins educativos compondo o quadro da organização curricular escolar com demais componentes, participando da formação do aluno.

Entretanto, em 2001 com a Lei 10.328, de 12 de dezembro, houve o acréscimo do termo “obrigatório” ao componente curricular da Educação Básica, sendo facultativa aos alunos do ensino noturno. “A EF, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos”. (BRASIL, 2001, p. 8). No que tange os documentos curriculares específicos para a EF não podemos deixar de citar o PCN e as DCNEB. A discussão sobre os PCN ganhou destaque em 1997 considerando recomendações internacionais como as definições da Conferência de Jomtien, assim como da Declaração de Nova Delhi, assinada por vários países, entre eles o Brasil, definindo as necessidades básicas de aprendizagem.

A elaboração dos PCN’s contou com a experiência da Espanha, na pessoa do professor César Coll, do departamento de Psicologia Educacional de Barcelona que foi consultor de elaboração dos PCN brasileiros e a Fundação Carlos Chagas, além de representantes do Colômbia, Argentina e Chile, nos quais passaram por adequações curriculares similares a educação brasileira (MOREIRA; SILVA, 1995).

Os documentos foram divulgados e classificados pelo então “Presidente da República Fernando Henrique Cardoso como um marco educacional”. (BERNARDES, 1997). Passaram a ser entregues, gratuitamente para cada um dos professores da 1º à 4º série do 1º grau da rede pública pertencente ao atual Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A EF neste documento se organiza em tópicos que abordam desde da sua origem histórica até a caracterização da área, os objetivos, orientações didáticas para o ensino no Ensino Fundamental, visto que:

O documento de EF traz uma proposta que procura democratizar, humanizar e diversificar a prática pedagógica da área, buscando ampliar, de uma visão apenas biológica, para um trabalho que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos alunos. Incorpora, de forma organizada, as principais questões que o professor deve considerar no desenvolvimento de seu trabalho, subsidiando as

discussões, os planejamentos e as avaliações da prática da EF nas escolas. (BRASIL, 1997, p. 15).

Os parâmetros sinalizam que a EF na escola foi discutida sob a ótica de abordagens de ensino elaboradas por diversos autores: Oliveira (1985), Hildebrant e Laging (1986), Freire (1989), Tani (1988), Soares et al. (1992), Daolio (1995), Kunz (1998), Ghiraldelli Junior (2001). Essa multiplicidade de estudos fomentou bases e elementos teóricos-metodológicos para o trabalho docente em sua prática pedagógica, favorecendo a construção e ressignificação dessa disciplina escolar.

Para Moreira (2001) pesquisadores de diferentes lugares associados a grupos de pesquisa de diversificadas áreas de conhecimento como a EF expressaram enfaticamente sua rejeição à determinação governamental de controlar por meio dos PCN e de mecanismos de avaliação, a escola pública brasileira, a fim de imprimir-lhe a qualidade de que careceria.

No campo da EF um dos espaços de resistência foi o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) que no ano de 1997 lança um livro, com vários artigos com os pareceres enviados por pesquisadores da área na época. O livro denominado, EF Escolar frente à LDB e aos PCNs: profissionais analisam renovações, modismos e interesses, abordava reflexões críticas do documento e implicações que passam desde a organização dos conteúdos, suas abordagens metodológicas como a perspectiva de currículo nacional que se pretendia implementar.

Sobre os critérios de seleção, organização, sistematização dos conteúdos são colocados a partir de três elementos: a relevância social, características dos alunos, características da própria área. O primeiro traz a ideia de que as “práticas da cultura corporal devem fazer sentido por sua marcante presença no seio da sociedade brasileira”. (BRASIL, 1997, p. 35). Em relação às características dos alunos, deve-se considerar das diferenças entre cidades, regiões, e localidades brasileiras e suas respectivas populações.

Além disso, as diferentes abordagens utilizadas na área no que diz respeito a metodologias de ensino dos diferentes conteúdos, também, revelam contradições considerando a perspectiva de EF que se pretende utilizando diversos conceitos como: cultura corporal, cultura de corporal de movimento, conduta motoras como se estivessem na mesma perspectiva. Segundo Soares (1997, p. 77), cabe a explicação de que:

A leitura do PCN - EF revela uma tentativa dos autores, de abarcar o debate existente na área, agregando 'termos' que, supostamente, 'contemplariam' as diferentes abordagens da EF escolar. O resultado não é muito feliz, pois o universo lingüístico não é fruto do acaso, mas, da significação conceitual construída em seu processo

histórico de elaboração.

Os documentos curriculares para o ensino da EF já construídos e aqueles que estão em reconstrução devem levar em consideração os elementos levantados no processo de ensino e que nascem do “chão da escola”. Nessa trajetória de construção de políticas e documentos curriculares existe uma estrutura discursiva que sustenta a disciplina EF e que não pode ser negada.

Considera-se que o processo de seleção, organização e sistematização dos conteúdos devem ser analisados em uma perspectiva histórica, política, social e cultural a fim de identificarmos os critérios que o fundamentam. Esse ponto será analisado mais a frente, visto que na próxima sessão mostraremos qual tratamento e fundamentação será realizada a fim de identificarmos esses aspectos.

274

### **3 METODOLOGIA**

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa que para Minayo (2001, p.21) “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. [...] universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações e intencionalidades sendo o objeto de estudo da pesquisa qualitativa”. Estruturou-se esta pesquisa a partir dos pressupostos de Cellard (2008) que nos fornece elementos para realizarmos uma análise documental, visto que o documento traz a dimensão do tempo que nos ajuda a pensar o social.

Para o referido autor tais elementos são: “o contexto, o ator ou os autores, autenticidade e confiabilidade, natureza do texto, conceitos – chave e estrutura lógica do texto”. (CELLARD, 2008, p. 303). O contexto da produção do documento configura-se como o exame do território global e social em que foi produzido. Os fatores históricos, sociais e culturais são entendidos como dispositivos fundamentais para o investigador. Como analista devemos nos apropriar e nos colocar frente às particularidades que podemos encontrar nesse processo.

Sobre os autores, compreende-se que não podemos nos distanciar das identidades presentes no jogo de produção documental. Seus interesses, motivos e razões que os levaram a mobilizar sujeitos e construir são questões que devem ser perseguidas. Interessante indagar por que tal documento foi produzido e não outros?.

No que diz respeito à autenticidade e confiabilidade do texto Cellard (2008, p.301), diz

que “não basta, entretanto, informar-se sobre a origem social, ideologia, ou os interesses particulares do autor do documento. É também importante nos assegurarmos da qualidade da informação transmitida”. Chama atenção ainda para aquilo que os autores escrevem, o que marca sua posição e lugar de fala enquanto autor daquele documento.

A natureza do texto pode nos revelar questões particulares do contexto da sua produção. Nesse sentido, busca-se sempre o que está nas entrelinhas desse lugar em que foi produzido, visto que “consequentemente deve-se levar em consideração a natureza de um texto, ou seu suporte, antes de tirar conclusões. Efetivamente, a abertura do autor, os subentendidos, a estrutura de um texto podem variar enormemente conforme o contexto que ele é redigido”. (CELLARD, 2008, p.302).

Tal destaque nos mobiliza a observar que a natureza do documento que pretendemos analisar aqui se caracteriza por uma natureza curricular o que implica em ter o cuidado de ler nas entrelinhas daquele contexto histórico os elementos que favoreceram a sua construção. Outro ponto é o sentido dado pelo contexto em que nos encontramos como professores pesquisadores do campo do currículo inseridos em contexto distantes e próximos ao mesmo tempo como a universidade e a escola.

Os conceitos-chave e a lógica interna do texto são elementos que legitimam e delimitam diversas interpretações se o pesquisador não estiver atento ao contexto em que está sendo empregado. Prestar atenção nos termos e jargões profissionais, por exemplo, são tarefas que demandam a compreensão do sentido e significado.

A estrutura lógica do texto corrobora com o olhar do pesquisador que está mergulhado nesses elementos apresentados anteriormente na perspectiva de compreender a totalidade e especificidade do documento. Apresentar a sua organização favorece a compreensão em escalas macro e micro, porém cabe ainda questionar as razões pelas quais foi estruturado dessa forma e perceber se isso é contado de alguma forma pelo texto do documento.

Em relação às etapas da pesquisa, podemos delinear que a primeira estruturou-se na seleção e obtenção dos documentos. Realizou-se uma busca no site da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias (SME-DC) para selecionar a PPC em que a EF está inserida. Constatamos que a PPC está dividida em dois volumes<sup>3</sup>. O primeiro contempla os pressupostos teórico-filosóficos elegidos pelos professores no processo de construção. O segundo materializa-se na proposta com a inserção de todos os componentes curriculares e modalidades de ensino que o município recebe em suas escolas.

<sup>3</sup> Disponível em: <http://sistemas.smeduquedecaxias.rj.gov.br:70/cpfpf/index.php/documentos/proposta-pedagogica>. Acesso em 22 de ago. 2019.

Na segunda etapa, realizamos uma leitura geral dos documentos para compreender sua natureza, organização e estrutura. Após, direcionamos a leitura específica do documento curricular de EF sobre os conteúdos, processos de seleção, organização e sistematização elegidos na PPC.

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS CONTEÚDOS DA EF NA PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE DUQUE DE CAXIAS**

276

Em articulação com os aportes teórico-metodológicos deste trabalho, iniciamos tal análise pelo contexto, visto que no mundo e especificamente no Brasil foram deflagradas um conjunto de Reformas e Políticas Educacionais em 1990. Para Shiroma; Moraes; Evangelista (2011) uma Política Nacional de Educação é mais abrangente do que a legislação proposta para organizar a área. Entretanto, ratifica-se que essa década envolveu e comprometeu intelectuais em comissões de especialistas, análises de parâmetros curriculares, elaboração de referenciais e pareceres.

O contexto da construção da PPC começou em fevereiro de 1997, através de um Movimento de Reestruturação Curricular na Rede Municipal de Duque de Caxias, sinalizado pelos servidores em parceria com SME – DC. O volume um da proposta foi implementado a partir de um processo de “ação-reflexão, que exigia a união de esforços, para que ele fosse construído e assumido vivenciado pela comunidade, sobretudo a comunidade dos pais e dos profissionais da educação” (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2002). Foi sistematizada a compreensão de princípios que fundamentaram o que foi chamado pela SME - DC de Escola em Movimento.

Tais princípios fomentam a ideia de movimento que potencializa o ser humano como ser em construção que se constitui pela e na ação. Esse movimento também colabora para que respeite o desenvolvimento humano, inclusivo, estimulador das diferenças individuais e tenha por princípio a interdisciplinaridade. Considera o professor como mediador da aprendizagem e o aluno como sujeito ativo no processo de construção do conhecimento.

Seria necessário então construir espaços para esse momento de reestruturação curricular. As intenções apresentadas pela SME – DC transbordaram a discussão curricular, visto que a compreensão da escola no diálogo com a sociedade alimentava o debate acerca do currículo em si e de outros referenciais teóricos que dialogavam com as perspectivas de escola, sociedade e sujeito que a Rede pretendia formar.

As propostas de alterações foram “tabuladas” pela SME e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Foram realizadas reuniões, encontros e seminários durante o percurso do nascimento dessa proposta. Tal processo foi organizado pela articulação entre a equipe interna da SME - DC com o (GT/Implementadores) com os pólos de ação pedagógica sistematizando os princípios teóricos – filosóficos. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2004).

O texto da EF na PPC relaciona-se as posições, afirmações e reflexões coletivas dos professores de EF do Município de Duque de Caxias engajados nos debates, encontros e reuniões acerca da estruturação da disciplina. Em relação à autenticidade, a confiabilidade e natureza do texto, a PPC se constitui como um texto que refletiu a realidade da Educação do Município naquele momento e especificamente como os docentes sistematizaram um corpo de conhecimentos referentes a sua realidade.

Trata-se de um documento que abrange todos os componentes curriculares divididos por áreas curriculares como: *Linguagens, Ciências Humanas e Sociais, Ciências Físicas, Matemáticas, Químicas e Biológicas*. Nesse caso, a EF se insere na área de Linguagens que no documento abarca objetivos gerais da área de Linguagens. Pensando especificamente na EF, podemos inferir que esses objetivos se afiliam a perspectiva de ensino adotada pela PPC como poderemos ver a seguir a partir dos conceitos – chave e estrutura lógica do texto.

Os conceitos – chave e a estrutura lógica do texto nos ajudam a aprofundar e a compreender esse processo de seleção, organização e sistematização. Foi organizado inicialmente uma contextualização a partir das tendências Higienista, Militarista, Pedagogicista, Competitivista, EF popular e as de perspectivas críticas na área (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2004, p. 54).

Na construção do currículo de EF é destacada a “prática pedagógica da EF no resgate da história e cultura popular, bem como o desenvolvimento da noção de historicidade da Cultura Corporal”. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2004, p.54). Para os professores de EF do Município de Duque de Caxias essa perspectiva deve estar em diálogo com um currículo integrado. A preocupação deverá ser a apreensão crítica da expressão corporal enquanto linguagem através do trato do conhecimento sobre os grandes temas da cultura corporal.

A perspectiva de currículo integrado pode ser explicada por Santomé (1998), visto que tem sido utilizada como tentativa de contemplar uma compreensão global do conhecimento e de promover maiores parcelas de interdisciplinaridade na sua construção. A integração ressaltaria a unidade que deve existir entre as diferentes disciplinas e formas de conhecimento

nas instituições escolares. O que questionamos é até que ponto na prática pedagógica esse currículo integrado se fez e está presente nas escolas da Rede?.

Debruçamos-nos sobre tais dimensões analíticas apresentadas por Cellard (2008) como o contexto, autores, natureza e autenticidade do texto e os conceitos chave e a estrutura lógica do texto. A análise nessa perspectiva visa reunir as interpretações não só das etapas anteriores, mas de problematizarmos a questão que nos mobiliza aqui referente à seleção e organização dos conteúdos da EF nesse documento.

Dessa forma, foram identificados pelas análises iniciais e aprofundadas do documento curricular três conteúdos: Jogo, Esporte e Ginástica. A organização do conteúdo jogo está direcionada do ciclo ao sexto ano e do sétimo a oitava série. Há o registro de que “não há uma ordem rígida para organizar o programa, colocando primeiro o jogo, em segundo a ginástica etc”. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2004, p. 56).

No PCN de EF (1997), os ciclos aparecem de maneira estruturada para cada série que contribuem para uma delimitação das propostas com cada conteúdo. O primeiro ciclo comporta a (1º e 2º série), o segundo (3º e 4º série), terceiro ciclo (5º e 6º série), quarto ciclo – (7º e 8º série). Compreendemos que os professores se inspiraram nesse documento e na legislação da época para apresentar e organizar a nomenclatura dos níveis de ensino.

A nomenclatura se confunde em alguns momentos, visto que há referências aos ciclos e anos e ao mesmo tempo série. Como podemos observar a referência ao ciclo não contempla a Educação Infantil como modalidade de ensino. Pela LDBEN 9.349/96, a EF deve atender a todas as modalidades de ensino da Educação Básica. Analisou-se que há uma lacuna referente ao jogo do ciclo ao 6º ano do ensino fundamental, visto que não apresentam nenhuma referência aos jogos como expressão simbólica. Além disso, os jogos e as tecnologias podem ser inseridos na descrição, principalmente pelo avanço do processo de globalização e a discussão sobre os jogos eletrônicos na escola.

Outra questão volta-se para “Jogos que atendam à necessidade do treinamento e da avaliação individual e do grupo para jogar bem tanto técnica quanto taticamente”. Na abordagem há esta compreensão pelo viés pedagógico, pois é importante deter-se nessa questão do “treinamento e fazer algumas reflexões para entendê-la enquanto processo de caráter essencialmente pedagógico, posto não ser objetivo da Escola o treinamento profissional”. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2004, p. 56).

Todavia, a questão do treinamento deve ser discutida quando apresentada em qualquer documento curricular de EF, principalmente pela história da disciplina e a forma como já foi caracterizada e compreendida socialmente apenas por elementos de caráter esportivista e como

único meio/ instrumento de formação de atletas no contexto escolar. Evidenciou-se que não houve a preocupação em organizar o conteúdo esporte por níveis de ensino. A intenção foi apresentar “exemplos que visem atender a diferentes níveis de escolarização”. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2004, p. 57). Os exemplos apresentados foram: futsal, vôlei e handebol. Esse sentido se aproxima dos critérios de seleção de conteúdos inseridos no PCN de EF ao pensarmos sobre as características próprias da área citadas no documento.

Questionamos pelo currículo entendido como seleção, porque justamente esses relacionados ao quadrado mágico e não outros?. Especificamente na EF, o quadrado mágico se caracteriza pelos esportes coletivos: Futsal, Voleibol, Basquete e Handebol que são recorrentes no processo de organização dos esportes nas propostas curriculares sejam nacionais ou locais. Nos exemplos sinalizados, termos como “técnicas e táticas”, “iniciação” e “habilidades” aparecem com recorrência em detrimento de uma abordagem baseada na historicidade e relação do esporte com a sociedade.

Para Mattos e Neira (2006) o gesto está carregado de sentido, significado e intenção, pois assume um papel fundamental no processo educativo daquelas crianças, reunindo em uma mesma ação a dimensão cognitiva, afetiva, e, claro, motora. Entendemos que a organização, sistematização do conteúdo também deve envolver a apropriação e análise das características do público que estará sendo destinado e suas representações no contexto social, cultural e político.

Sobre o conteúdo ginástico, analisamos que o direcionamento foi dado para os Anos Finais do Ensino Fundamental. Para Soares et. al (1992), a ginástica pode ser desenvolvida desde pré- escola desde que seja voltada para os desafios do ambiente, da construção da escola, materiais ginásticos. Sugere-se acrescentar a possibilidade de criar aparelhos e materiais não oficiais como na proposta de Darido e Rangel (2017) com fins de ampliar ainda mais não só as vivências dos elementos ginásticos, mas a constatação do sentido e significado desse processo de construção coletiva dos materiais.

Por fim, jogo, esporte e ginástica foram os conteúdos eleitos pelos professores de EF do Município de Duque de Caxias em função da relevância social e cultural no ensino da EF escolar. Entendemos que alguns elementos poderiam ter sido ampliados e destacados no currículo escrito, bem como, o direcionamento para cada nível de ensino não restringindo em alguns momentos somente para os Anos Finais do Ensino Fundamental.

## 5 CONCLUSÕES

A proposta desse estudo foi analisar os critérios e princípios da Proposta Pedagógica Curricular de EF da Rede Municipal de Duque de Caxias no que tange a organização e seleção dos seus conteúdos. Chegamos ao final deste percurso analítico com algumas questões fundamentadas pela análise documental. Uma delas é que a PPC de EF da Rede Municipal de Duque de Caxias nasceu em um momento histórico, social e cultural de tensões, negociações e disputas das “coisas” como afirma Stephen Ball ao se referir as legislações e documentos.

A análise também nos evidenciou que a PPC de EF da Rede se fundamentou mais especificamente na obra de Soares *et al.* (1992), Metodologia do ensino da EF, principalmente pelos apontamentos a respeito da cultura corporal como linguagem, considerando a historicidade dos conteúdos, leitura da realidade e a perspectiva de formar um cidadão crítico e reflexivo.

Estes aspectos foram constatados pela dimensão dos conceitos-chaves, visto que na busca pela compreensão dos conceitos e concepção de EF tais elementos foram recorrentes na leitura e análise da PPC de EF. Por outro lado, destacamos que na descrição dos conteúdos jogo, esporte e ginástica esses elementos históricos, sociais e culturais são escassos. O que predomina são termos como: “técnicas” e “táticas”.

Além disso, percebemos que as descrições dos conteúdos listados na PPC são idênticos ao livro Metodologia de Ensino da EF. O que nos mobilizou a refletir que os professores podem ter tido dificuldades em materializar a sua prática ou questões da mesma na organização de tal documento curricular. Consideramos que possivelmente ocorreu um distanciamento e pouco diálogo com a prática docente para aquilo que está demarcado na PPC.

Identificamos pela seleção, organização e sistematização que os Anos Finais do Ensino Fundamental tiveram maior enfoque do que os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Entendemos que esse direcionamento pode ter ocorrido em função do perfil dos professores de EF da rede e ainda talvez pela escassez de docentes atuando nos Anos Iniciais naquele momento histórico. Suspeitamos ainda que a política de retirada dos professores para dos anos Iniciais do Ensino Fundamental para atuarem nos Anos Finais pode ter sido efetivada na década de 90 no contexto da rede ainda que a LDEBN 9.394/96 ratifique a obrigatoriedade do ensino da disciplina EF na Educação Básica.

O esforço e dedicação na construção desse documento curricular fortalece o desenvolvimento da disciplina EF, mas que passados 15 anos da sua estruturação sugere-se que seja revisitado e dialogado com outros documentos, propostas e bases teóricas atuais na perspectiva de conflitar para renegociar os sentidos e significados da disciplina escolar EF. Por

fim, demarcamos que, hoje, a Rede vive novamente o movimento de Reestruturação Curricular e que pretendemos acompanhar esse processo de disputas, sentidos e significados nesta nova PPC de EF.

## **PHYSICAL EDUCATION IN THE CURRICULAR PEDAGOGICAL PROPOSAL IN THE CITY OF DUQUE DE CAXIAS: TENSIONS AND REFLECTIONS**

281

### **ABSTRACT**

The study in question is part of the Master Project of the Postgraduate Program in Education of a public University. The objective of the text is to present an analysis of the contents of Physical Education in the Curriculum Pedagogical Proposal of the Municipal Network of Duque de Caxias with regard to selection and organization. It is a qualitative research, supported by a documentary analysis based on the theoretical and methodological assumptions of André Cellard (2008). We understand that the analytical dimensions used favored the examination of the contextual, critical and reflective document. Observation that the understanding of the contents of Game, Sport and Gymnastics as guiding principles of Physical Education teaching, in the historical moment in which the proposal was built, accompanied the social and cultural dimension of education in the municipality. However, we perceive gaps in the systematization, organization of these contents in terms of division and the targeting of the contents for each teaching modality. 15 years after its structuring, it is suggested that it be revisited and dialogued with other documents, proposals and current theoretical bases in the perspective of conflict to renegotiate the senses and meanings of the EF school discipline.

**Keywords:** Physical Education; Curriculum; Content

### **REFERÊNCIAS**

APPLE, Michael. Whitman. **Ideologia e Currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BALL, Sthepen; MAGUIRE, Meg; Braun, Anette. **Como as escolas fazem políticas: atuação em escolas secundárias**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, 23 de dezembro, 1996. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC/SEF, v. 7, 1997.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.328, de 12 de dezembro de 2001. Introduz a palavra obrigatório após a expressão curricular, constante do parágrafo 3º artigo 26 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.793.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.793.htm). Acesso jun. 2019.

BERNARDES, Betina. **MEC lança livros para orientar professores.** Folha de São Paulo. Sucursal de Brasília, .p.3-3. 1997.

CBCE. **Educação física escolar frente à LDB e aos PCNs:** profissionais analisam renovações, modismos e interesses. Ijuí: Sedigraf, 1997.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. 1.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

DARIDO, Suraya. Cristina; RANGEL, Irene. Conceição. Andrade. **Educação Física na escola:** implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

DAOLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo.** 1.ed. Campinas: Papyrus, 1995.

FERREIRA, Aurélio. Buarque. de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FREIRE, João. Batista. **Educação de corpo inteiro.** 1. ed. São Paulo: Scipione, 1989.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. **Educação Física Progressista:** A Educação crítico-social dos conteúdos e a Educação Física brasileira. 1. ed. São Paulo: Loyola, 1988.

GOODSON, Ivor. **Currículo: Teoria e história.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

HILDEBRANDT, R.; LAGING, R. **Concepções abertas ao ensino da educação física.** Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1986.

KUNZ, Elenor. **Didática da Educação Física I.** 1. ed. Ijuí: Unijuí, 1998.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem?. **Educação e Sociedade.** Campinas, v. 36, n. 133, p. 891-908, out/dez., 2015. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es-36-133-00891.pdf>. Acesso jul. de 2019.

MATTOS, Mauro. Gomes. de; NEIRA, Marcio. Garcia. **Educação física Infantil:** construindo o movimento na escola. 1.ed. São Paulo: Plêiade, 1998.

MINAYO, Maria. Cecília. de Souza. **Pesquisa Social Teoria, método e criatividade.** 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Antônio. Flavio; SILVA, Tomaz. Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade.** 1.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

Recebido em 27 de março de 2020. Aprovado em 01 de junho de 2020.

A Revista **Educação, Cultura e Sociedade** é uma publicação da Universidade do Estado do Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011.